

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.827 - MG (2019/0299484-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MAYCON ROMAO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : RONALDO FERNANDES DE LIMA - MG182533
RONALDO FERNANDES DE LIMA JUNIOR - MG190968
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por MAYCON ROMAO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (*Habeas Corpus* n. 1.0000.19.097188-7/0000).

Os autos dão conta de que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, isso porque, "*conforme depoimento do condutor do APF, em fiscalização de rotina pela PRF, na BR 381, foi abordado o veículo do autuado, o qual estava visivelmente nervoso. Realizadas consultas, constatarem que Maycon Romão possui passagens por tráfico de drogas e outros delitos. Em busca policial no interior do veículo, foram localizados, dentro do velocímetro, sacolas plásticas contendo 190 microtubos do tipo eppendorf vazios, conhecidos popularmente como pinos, 10 saquinhos plásticos e uma balança de precisão, 2 sacolas plásticas contendo substância análoga a cocaína, 01 pino e 01 papelote [pesando, aproximadamente, 125g (cento e vinte e cinco gramas) – vide e-STJ fl. 189], além da quantia de R\$ 2020,00 (dois mil e vinte reais) que o autuado não soube explicar a origem*" (e-STJ fl. 166, grifei).

Durante a realização da audiência de custódia, o Juízo da Vara Criminal da Comarca de João Monlevade/MG converteu a prisão em flagrante em preventiva (e-STJ fls. 160/167).

Alegando que: a) a prisão seria ilegal, uma vez que tratou-se de flagrante forjado; b) que não estavam presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva; c) que não havia fundamentos idôneos para justificar a sua decretação; d) que não havia indícios de que o paciente teria praticado o delito que lhe fora imputado; e) que o paciente possuiria condições pessoais favoráveis e; f) a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei n. 11.343/2006, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 184):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

PARA O TRÁFICO – ILEGALIDADE NO FLAGRANTE – TESE SUPERADA – ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – IMPROCEDÊNCIA – PRISÃO PREVENTIVA – REVOGAÇÃO – INVIABILIDADE – PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – PRISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA – INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 44 DA LEI 11.343/06 – DECISÃO FUNDAMENTADA EM MOTIVOS DIVERSOS – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. Com a conversão do flagrante em preventiva restam superadas eventuais irregularidades da prisão em flagrante, pois ocorreu a modificação do título prisional. Para a decretação da prisão preventiva, exige-se prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, confirmados pelo auto de prisão em flagrante delito que atesta a justa causa. Não há ilegalidade na decretação da prisão preventiva quando demonstrado, com base em elementos concretos, que a segregação é necessária para acautelar a ordem pública, principalmente diante da gravidade concreta da conduta, em tese, praticada pelo paciente. É consolidado o entendimento de que as condições pessoais favoráveis, por si sós, não obstam a manutenção da prisão preventiva. Demonstrado que a segregação provisória não está fundamentada somente no artigo 44 da Lei de Tóxicos, não há que se falar em ilegalidade da decisão primeva.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações originárias.

Por isso, requer, inclusive liminarmente, seja relaxada "*a prisão preventiva, com a imediata expedição de alvará de soltura, para que o acusado possa responder ao processo em liberdade*" e, subsidiariamente, "*caso não entenda V. Exa., pelo relaxamento da preventiva, requer que seja concedida a liberdade provisória mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme consta no artigo 319 do CPP*" (e-STJ fl. 209).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível

Superior Tribunal de Justiça

uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal, mormente se considerarmos que o Juízo de primeiro grau, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, consignou que, "*no caso em tela, a infração supostamente praticada possui pena máxima superior a 04 anos (inciso I do art. 313 do CPP). Ademais, o autuado é reincidente, conforme verifica-se da CAC de ff. 22/23 (inciso II do art. 313 do CPP), sendo indubitoso, ainda, que existem indícios flagrantes de autoria e prova da materialidade do crime, conforme exame preliminar de drogas de abuso (ff. 19/21)*" – e-STJ fl. 165, grifei.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator